



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e quatro de maio de dois mil e onze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Plenário, consultado pelo Senhor Presidente conforme solicitação do Senhor Secretário, adiou a apreciação da Ata da Reunião Ordinária do dia dezessete de maio de dois mil e onze. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das mensagens das proposições de autoria do Poder Executivo que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.149/2011, que “Altera a Lei Municipal nº 1.714/2002, institui a Reforma Administrativa, criando a Secretaria Municipal de Turismo, SEMTUR, as Unidades Administrativas e Cargos em Comissão infradescritos, além de dar outras providências”; 2) Projeto de Lei nº 1.150/2011, que “Altera a Lei Municipal nº 1.714/2002, institui a Reforma Administrativa, criando a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, SEMTR, as Unidades Administrativas e Cargos em Comissão infradescritos, além de dar outras providências”; 3) Projeto de Lei nº 1.151/2011, que “Altera a Lei Municipal nº 1.714/2002, institui a Reforma Administrativa, criando a Secretaria Municipal de Governo, SEMGOV, as Unidades Administrativas e Cargos em Comissão infradescritos, além de dar outras providências”; 4) Projeto de Lei nº 1.152/2011, que



“Altera a Lei Municipal nº 1.714/2002, institui a Reforma Administrativa, criando a Gerência de Projetos e Contratos, GPC, junto à Estrutura Organizacional do Gabinete do Prefeito, GAPIP, além de dar outras providências”; 5) Projeto de Lei nº 1.153/2011, que “Revoga o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.941/2006, eleva a Unidade Administrativa Controladoria Geral do Município ao status de Secretaria Municipal, além de dar outras providências”; 6) Projeto de Lei nº 1.154/2011, que “Cria o cargo de Procurador Adjunto, inserindo-o junto à Estrutura Organizacional da Procuradoria Geral do Município, PROJU, além de dar outras providências”; 7) Projeto de Lei nº 1.155/2011, que “Altera a Lei Municipal nº 1.714/2002, institui a Reforma Administrativa, criando e acrescentando junto à Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Ação Social, SEMAS, a Unidade Gerenciadora do Orçamento Participativo junto à Lei Municipal nº 2.190/2010, além de dar outras providências”. O vereador Cássio Magnani Júnior, Relator da Comissão de Legislação e Justiça, solicitou à Mesa prorrogação do prazo regimental para emitir os pareceres com critério. Justificou ressaltando que são inúmeros projetos complexos que versam sobre reformas administrativas, envolvem servidores e estrutura organizacional da prefeitura, portanto, merecem exame detalhado e abordagem junto à equipe técnica do executivo, servidores, Sindicato e Associação. Afirmou que gostariam de fazer reuniões para o levantamento das modificações que são importantes, mas trazem grande repercussão administrativa e orçamentária. O vereador Ailton Soares Amaral sugeriu a participação da Comissão de Orçamento. O vereador Cássio falou que podem fazer a apreciação em conjunto. O Senhor Presidente comunicou que concede o prazo necessário a todas as comissões;

8) Projeto de Lei nº 1.156/2011, que “Dispõe sobre a remodelação da planta do



loteamento denominado Serra dos Manacás, desafeta as áreas públicas que indica, autoriza sua permuta, promove a afetação das áreas recebidas, além de dar outras providências”. O vereador Marcelino Antônio Edwirges falou que gostaria de ir ao loteamento quando o vereador Ailton fosse porque a justificativa é o contrário do que foi conversado na sala de reuniões, o objetivo era o escoamento e na mensagem consta que é para a otimização do sistema viário num local que leva nada a lugar nenhum. O vereador Luciano Vitor Gomes concordou com o vereador Marcelino. Contou que receberam hoje esta proposta do Secretário de Administração e um funcionário da prefeitura que os informou que o empreendedor propõe a permuta de áreas de escoamento pluvial, onde não pode haver edificações. Disse que os vereadores acordaram com o governo, caso a alteração promova valorização ao empreendimento, que a Câmara atuará no sentido de o município receber uma contrapartida. Projetos encaminhados à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura dos pareceres: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.129/2010, que “Dispõe sobre o Recadastramento Mobiliário Municipal de Contribuintes, pessoas físicas e jurídicas estabelecidos no Município de Nova Lima, e dá outras providências” e a Emenda Modificativa ao respectivo Projeto. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.148/2011, “Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o ‘Programa de Combate ao Bullying’, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável



à tramitação do projeto que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.144/2011, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Conselho Particular Cristo Redentor da Sociedade de São Vicente de Paulo. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.145/2011, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Conselho Particular Santo Antônio de Morro Velho da Sociedade de São Vicente de Paulo. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.146/2011, que “Institui o Dia Municipal da Juventude”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.140/2011, que “Determina a instalação de grades de proteção em janelas de ônibus, vans e veículos de transporte coletivo escolar de crianças e adolescentes no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente informou que na próxima semana o vereador Cássio Magnani Júnior apresentará uma emenda com o objetivo de aprimorar o projeto. O vereador Luciano Vitor Gomes solicitou esclarecimento ao relator, visto que o parecer expõe que a colocação de grades, objeto do projeto, é inconstitucional, assim, entende que a proposição deveria ser retirada, adequada às observações da comissão e posteriormente reapresentada. O vereador Cássio Magnani Júnior salientou que o objetivo do projeto é fazer o fechamento da janela impedindo que fatos



lamentáveis voltem a ocorrer, mas o dispositivo de segurança escolhido não é apropriado, visto que as grades dificultam o resgate em caso de acidente. Esclareceu que emitiram o parecer ressaltando a necessidade da elaboração de um substitutivo adequando a medida de segurança ao dispositivo correto e previsto em lei que é a utilização dos limitadores de abertura da janela. Destacou que devem ficar atentos, pois a medida proposta é apenas uma das inúmeras providências necessárias e previstas na legislação que regulamenta o transporte escolar, devendo ser baixado urgentemente no município o Regulamento do Serviço Público do Transporte Escolar, onde devem constar normas essenciais dispendo sobre as permissões de transporte, o serviço em si, os operadores, as condições gerais dos veículos, as vistorias, a fiscalização dos serviços, as penalidades, dentre outras. Registrou que tal providência cabe ao Poder Executivo, portanto devem fazer gestão junto ao prefeito para que regulamente imediatamente o transporte escolar. O vereador José Guedes relatou que presenciou na Avenida José Bernardo de Barros próximo ao cruzamento onde ocorreu o terrível acidente, um menino com a cabeça para fora de uma Kombi que transportava estudantes. Afirmou que a prefeitura tem que tomar medidas urgentes antes que outro ser humano morra. O Senhor Presidente salientou que conseguiram atingir o objetivo almejado que é impedir os estudantes de colocar a cabeça para fora. O vereador Marcelino Antônio Edwirges lembrou que já existe a lei e devem solicitar ao prefeito, por meio da Secretaria de Segurança, que exija o seu cumprimento ou pare o transporte escolar enquanto não estiver regularizado. Falou que uma empresa como a Via Ouro vai correr e instalar os limitadores de abertura, pois não vai deixar de ganhar dinheiro. O vereador Cássio Magnani Júnior informou que a Portaria nº 503 do Detran determina inúmeras medidas



e atinge toda Minas Gerais, portanto o município deve cumpri-la. O vereador Marcelino Antônio Edwirges salientou que é simplesmente proibir a Via Ouro de transportar estudantes enquanto não instalar os limitadores e se adequar à lei que regulamenta o transporte escolar, considerando que a empresa não faz nenhum favor para o município, pois cobra o mesmo preço da passagem normal e não está prestando um bom serviço à comunidade. Afirmou que votará o projeto, mas devem agir senão mais pessoas morrerão. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques parabenizou a Comissão de Legislação e Justiça pelo trabalho brilhante e excesso de competência na análise da proposição. Para tranquilizar os vereadores, recordou que a Comissão de Serviços Públicos ainda irá se manifestar, verificar mais detalhes e enriquecer o projeto. Lembrou que já sugeriu que em um parecer de comissão estabeleçam a obrigatoriedade ao poder executivo de criar uma regulamentação para a aplicação desta proposta. Afirmou que concorda com o vereador Marcelino, considera que medidas emergenciais e imediatas já deveriam ser tomadas. Salientou que o projeto é muito importante, de grandeza incalculável e devem trabalhar para discuti-lo e aprimorá-lo. O vereador José Raimundo Martins disse que Nova Lima não está cumprindo a lei. O Senhor Presidente ressaltou que o maior objetivo do projeto é impedir os estudantes de colocarem a cabeça para fora, evitando a ocorrência de mortes. Dando continuidade, colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.084/2010, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar doação da área de terreno urbano infra-elencada, situada no Bairro Vila Operária, neste Município, à entidade mencionada e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por 08 votos e encaminhado à sanção; 2) Projeto de Lei nº 1.097/2010, que “Proíbe motociclista de adentrar portando capacete na cabeça em



estabelecimentos públicos e privados deste Município e dá outras providências”. Em segunda e última votação. Em discussão, os vereadores Luciano Vitor Gomes e Sandro Lima parabenizaram o vereador José Guedes pela iniciativa de extrema importância e declaram o voto favorável. O vereador José Guedes informou que fez o projeto atendendo solicitação do proprietário do Posto do Jambreiro que foi assaltado por motoqueiros três vezes na mesma semana. Em votação, aprovado por 08 votos e encaminhado à sanção; 3) Projeto de Lei nº 1.121/2010, que “Revoga as Leis Municipais nºs 1.540 de 30/12/97; 1.592 de 15/04/99 e 1.610 de 17/11/99, dispõe sobre a Assistência Social a cargo do Município de Nova Lima, cria o Conselho Municipal de Assistência Social, CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por 08 votos e encaminhado à sanção; 4) Projeto de Lei nº 1.135/2011, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar imóvel a quem se destina e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por 08 votos e encaminhado à sanção. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário a leitura de ofício do Presidente do PT, Jackson Miller da Silva, encaminhando a indicação do vereador Marcelino Antônio Edwirges para ser o líder da Bancada do PT na Câmara para o biênio 2011/2012. O Senhor Presidente e o Senhor Secretário parabenizaram o vereador Marcelino. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos de autoria do vereador Luciano Vitor Gomes: 1) “Que esta respeitosa Casa solicite ao Executivo que agilize os trâmites para implantação de TV e Internet a Cabo em Nova Lima (Sede)”. Aprovado, 08 votos; 2) “Que esta respeitosa Casa solicite ao Executivo a efetivação do Conselho do Idoso”. Aprovado, 08 votos; 3) “Que esta respeitosa Casa envie à Polícia Militar de



Nova Lima, na pessoa de seu comandante, uma moção parabenizando pela ação desenvolvida na Rua Dr. Davydoff Lessa”. Aprovado, 08 votos; 4) “Que esta respeitosa Casa solicite ao Comando da Polícia Militar de nossa cidade informações sobre o ato de vandalismo praticado na Avenida Rio Branco, onde um ônibus foi incendiado sem motivos definidos”. Em discussão, o autor destacou que o Major Negraes vem desenvolvendo um belo trabalho na cidade, citou como exemplo a ação da Polícia Militar que acabou com a vergonha que acontecia na Rua Davydoff Lessa na cara de todos e das pessoas de bem que ali residem e transitam. Esclareceu que o requerimento é uma solicitação, caso haja possibilidade porque o trabalho da Polícia Militar tem comando próprio, para que o Major Negraes possa emitir relatório ou ofício, ou realizar visita à Casa com o propósito de esclarecer o que realmente aconteceu, pois há várias suposições quanto ao fato. O vereador José Raimundo Martins sugeriu encaminhar o requerimento também à Polícia Civil. Aprovado, 08 votos. O vereador Renato Faria Silva comunicou que retirou requerimento de sua autoria a pedido de alguns vereadores. Propôs requerimento verbal para que a Casa solicite ao Secretário Municipal de Obras que execute a limpeza de todas as ruas do Bairro das Quintas, inclusive a Rua José Nicolau Cardoso. Explicou que fica muito constrangido em fazer este tipo de requerimento, pois se trata de uma obrigação do município, mas foi abordado pelo Ronaldo, dono do Depósito do Bicame, que é morador da citada rua e lhe fez o pedido. Informou que já conversou com o Secretário de Obras inúmeras vezes porque, infelizmente, a cidade está desleixada e todo dia recebe diversos pedidos. Sugeriu uma reunião na Casa com o mencionado secretário. O vereador José Guedes afirmou que fica impressionado com o descaso da prefeitura com a base aliada e considera que devem





cobrar do prefeito mais respeito com a Câmara. Requerimento aprovado por 08 votos. O vereador Marcelino Antônio Edwirges comunicou que fará requerimento um pouco polêmico e solicitou a atenção dos vereadores e público presente, pois todos pagam por isto. Declarou que não é contra a ajuda concedida a times de futebol amador em Nova Lima, pelo contrário, votou com prazer todos os projetos que entraram na Casa com este propósito. Informou que a prefeitura está pagando contas de energia para alguns times locais, mas não devem ocorrer abusos porque o poder público paga a conta. Relatou que tem passado em campos de futebol e presenciado vários refletores possantes acesos a noite inteira e o pior, fornecendo energia para invasões em locais com risco de morte que trarão problemas para o poder público, cabendo à prefeitura investigar se essas contas também estão sendo pagas. Salientou que não dá mais para a prefeitura fazer vistas grossas, pois é muito dinheiro que se gasta; esclareceu que quando é para a prática de esportes, tudo bem, mas não podem deixar aceso a noite inteira, sem nenhuma movimentação no campo. Contou que teve o desprazer de confirmar isto às duas horas da madrugada e viu luzes acesas a noite inteira e pior, campos que têm contas pagas pela prefeitura fornecendo energia para invasões que muitas vezes se transformam em bocas de fumo. Disse que se houver uma morte nessas invasões, salvo engano, o próprio poder executivo é responsabilizado e penalizado. Frisou que faz um requerimento denúncia para que a prefeitura fiscalize e investigue o que vem ocorrendo e tome as devidas providências. O vereador José Guedes relatou que hoje se reuniram com o Fernando Taveira e mais uma vez ficou estarecido com as respostas do secretário, pois vários vereadores solicitaram uma providência quanto às invasões e ele respondeu que a prefeitura não pode fazer nada. Afirmou que é absurdo um município



que arrecada trinta milhões dar cobertura para invasores, visto que tem a obrigação de construir casas para o povo. Disse que o prefeito está na prefeitura há seis anos e indagou quais casas foram construídas com o dinheiro do município; ressaltou que a Câmara deve tomar providências porque a coisa está ficando preta e Nova Lima muito perigosa. Contou que um ladrão invadiu a residência do Sr. Argemiro Diório, localizada atrás do campo do Olaria do outro lado do rio, duas vezes em uma mesma noite, ameaçando com faca a esposa e a filha dele, entre outros fatos. Destacou que é um absurdo e está muito preocupado assim como os outros vereadores com o que está acontecendo próximo ao campo do Olaria e na Bela Fama e considera que o prefeito deve tomar providências urgentes quanto às invasões em Nova Lima, pois vêm os pilantras de Belo Horizonte e criam bocas de fumo na cidade. O vereador Renato Faria Silva afirmou que devem fazer uma distinção entre marginal e pessoas que estão em situação de risco, pois nem todos que escolhem morar na beira do rio ou invadem terreno são marginais. O vereador José Guedes informou que não disse que são todos, pois conhece vários trabalhadores no meio. O vereador Renato Faria Silva ressaltou que correm o risco de transformar um problema social num problema de polícia. Falou que a prefeitura precisa tomar atitudes e investir em políticas públicas que atendam esta população. Informou que este mandato de Carlinhos construiu as casas do Paulo Gaetani em parceria com o governo federal, mas outros prefeitos nunca construíram uma casa popular. Comunicou que o prefeito de Nova Lima tem investido na construção de casas populares e agora terá o Programa Minha Casa Minha Vida que se encontra em processo de licitação. Disse que o problema da marginalidade não está ligado à pobreza e sim aos abastados. O vereador Luciano Vitor Gomes solicitou ao Senhor Presidente



autorização para se retirar. O Senhor Presidente autorizou e convidou o vereador Ronaldo Gonçalves Marques para atuar como Secretário Ad Hoc. O vereador Marcelino Antônio Edwirges relatou que na época que começou uma invasão em determinada área em Nova Lima, sua preocupação foi tão grande que cadastrou todas as pessoas, conversou com o prefeito que o autorizou a levar os nomes para a Secretaria de Habitação. Contou que ficou bastante surpreso, pois após alguns meses retornou ao local e não encontrou nenhum dos invasores, todos haviam vendido a propriedade invadida e, o pior, noventa por cento para pessoas que não são de Nova Lima. Falou que concorda com o vereador José Guedes quando ele diz que devem ter regras, cuidado e o mínimo de responsabilidade para coibir isto. Salientou que os invasores devem ser cadastrados e ser natural de Nova Lima porque primeiro devem cuidar dos novalimenses. O vereador José Guedes solicitou a palavra como líder. O Senhor Presidente esclareceu que o requerimento foi exaustivamente discutido, já lhe concedeu a palavra, o vereador Marcelino já lhe concedeu a palavra, assim, no momento que encerrar sua fala, colocará o requerimento em votação. O vereador Marcelino deixou claro que não citou o local, mas há inúmeros locais na cidade nestas condições. Agradeceu o Partido dos Trabalhadores pela honra que lhe foi concedida, afirmou que fará o possível para ser merecedor deste título. Requerimento aprovado por 07 votos. O vereador José Guedes propôs requerimento verbal para que a Casa reitere requerimento de sua autoria, já aprovado, que solicita ao Executivo a iluminação da Praça do BNH. Relatou que dois moradores do mencionado bairro, cansados de solicitar na prefeitura, pediram a colocação de telas atrás das traves da quadra, como não pôde atendê-los, solicitou ao Fred do Jornal A Banqueta que irá patrocinar. Falou que é um absurdo uma prefeitura



que fatura trinta e tantos milhões não atender solicitações que custam o mínimo. Requerimento aprovado por 07 votos. No Grande Expediente, o vereador José Guedes salientou que devem fiscalizar quanto o município vai gastar com a criação das várias secretarias proposta pelo prefeito. Proferiu leitura de trecho da reportagem publicada pelo Hoje em Dia intitulada Mendigo pode ter abrigo em Nova Lima: “Na tentativa de reduzir o número de mendigos na área central da capital, comerciantes estão se mobilizando para ajudar na construção de um albergue em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A iniciativa é da Associação dos Empresários do Centro e do Barro Preto”. O Senhor Presidente comunicou a ausência de quorum, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião.\_\_\_\_\_